

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 004/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: P.A.Z.J. MaSP 1.357.899-2, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Cláudio Coelho de Souza Júnior; Membros: Késia Cristina Melo Avelar e Wanderson Silveira de Carvalho.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 005/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: V.F.S. MaSP 1.078.868-5, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Ednilson Pereira Viana; Membros: Rainhane Lúcia Mota Silva e Wandir Oliveira Moraes Filho.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 006/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: R.C.C.L. MaSP 1.445.304-7, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Geziel Silva do Prado; Membros: Márcio da Silva Pinto e Reginaldo Cotta Morini.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 007/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: B.T.A. MaSP 1.161.915-2, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Luciano Silva Marcilio;
Membros: Celso Marques da Silva Júnior e Leonardo Martins Parreira.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 008/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: E.F. MaSP 1.079.919-5, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Felliipe Putiati Toledo; Membros: Katiane de Carvalho Vieira e Anderson Jean Alves dos Santos.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 009/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: C.A.M. MaSP 1.430.431-3, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Douglas Queiroz da Silva; Membros: Leandro da Silva Moreira e Clésio Marques Moreira.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 010/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: H.F.J.S. MaSP 1.453.026-5, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Joelson Fontes Dias; Membros: Luciana Cotta Vilela e Elitira Alvino Amaral.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 011/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processada: A.C.L.S. MaSP 1.081.546-2, Agente de Segurança Penitenciária. Comissão Processante: Presidente: Nathália Vilarino Rodrigues; Membros: Ana Eliza Lacerda Sousa Ribeiro e Juscelino Domingos Rodrigues.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 012/2023
Processo Administrativo Disciplinar. Processados: L.F.S.S. MaSP 1.453.201-4, V.H.G.L. MaSP 1.445.469-8, R.S.F. MaSP 1.186.441-0, P.R.O.S. MaSP 1.453.213-9 e W.L.C. MaSP 1.450.185-2, Agentes de Segurança Penitenciários. Comissão Processante: Presidente: Antônio Marcos Campos; Membros: Marcelo Rabelo e Flávio Lúcio Santos.
Belo Horizonte, SEJUSP, 06 de janeiro de 2022.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1735019 - 1

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos.
1) Incorporação Rios e Vieira e Empreendimentos Imobiliários Ltda - Loteamento " Jardim das Acácias" Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares - Jato Pinheiro/MG- Processo: 37/2023.
2) Idelfonso Ferreira Neto/ Fazenda Santa Rosa Lugar Taboas - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura Panacatu/MG- Processo: 39/2023.
(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

06 1735078 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Companhia de Saneamento de Minas Gerais Copasa MG / Copasa - ETA Bico da Pedra - Janaúba (Sistema Integrado Janaúba, Janaúba/Vila Nova dos Poções e Nova Portierinha) - Estação de tratamento de água para abastecimento, Janaúba/MG, Protocolo nº 34/2023.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

06 1735104 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:
- LAS RAS: 1) Cerâmica Almeida Pires Ltda., Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Central de Minas/MG, PA/Nº 29/2023, Classe 2. 2) Joaquim ***** de Pinho – Fazenda Santo Eduardo, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Nanuque/MG, PA/Nº 30/2023, Classe 3. 3) Cia da Areia Extração Comércio e Transporte de Areia Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, PA/Nº 33/2023, Classe 2.
(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que foram concedidas as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Ruby Red do Brasil Mineração Comércio & Indústria Ltda., Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a úmido; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção, Nova Era/MG, PA/Nº 6522/2021, Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 05/01/2033. Informa ainda que foi expedida Autorização para Intervenção Ambiental PA SEI/ Nº 1370.01.0061001/2021-12 para Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP (0,215 ha) válida durante o prazo de vigência da Licença. 2) Preserva Madeiras Ltda., Tratamento químico para preservação de madeira, São José do Jacuri/MG, PA/Nº 1882/2022, Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 06/01/2033.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público o indeferimento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAC 1 (LO): 1) Baliza Tratamento de Madeira Eireli, Tratamento químico para preservação de madeira, Senhora do Porto/MG, PA/ Nº 1380/2022, Classe 4. Motivo: caracterização incorreta do empreendimento.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna público o arquivamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS RAS: 1) Minere Minas Mineradora Ltda., Lavra a céu aberto – Rocas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Aimorés/MG, PA/Nº 3258/2022, Classe 2. Motivo: ausência de ato autorizativo para intervenção ambiental.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

06 1734950 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foram apresentados EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas. Designada pelo Ato de Delegação SEMAD/SECEX Nº 05, de 22 de dezembro de 2022.

- LAC 2 - Licença de Operação Corretiva: 1) Robusta Reflorestamento S.A., Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada, São João do Paraíso/MG, PA/nº 38/2023, Classe 4.

06 1735073 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGA Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 01551/2021, Usuário: Antônio Augusto Athayde Junior, Capitão Enéas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600132/2023.*Processo nº 04760/2021, Usuário: José Ildeu de Oliveira Junior, Bocaiúva, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600133/2023.*Processo nº 14150/2021, Usuário: Oscar Dias Corrêa Junior, Engenheiro Navarro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600135/2023.*Processo nº 06623/2021, Usuário: Daniel Coimbra Mourthé, Várzea da Palma, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600136/2023.*Processo nº 02608/2021, Usuário: Edilson Drumond de Alvarenga, Montes Claros, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600152/2023.*Processo nº 15264/2021, Usuário: Globo 100 Empreendimentos Imobiliários S/A, Montes Claros, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600154/2023.*Processo nº 19980/2021, Usuário: Carvalho Empreendimentos Imobiliários Ltda., Glauclândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600156/2023.*Processo nº 19979/2021, Usuário: Carvalho Empreendimentos Imobiliários Ltda., Glauclândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600158/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Norte de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 06 de Janeiro de 2023.

06 1734872 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Central Metropolitana, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 22921/2022, Usuário: SAA de Furquim, Mariana, Deferido, Portaria nº 1300160/2023.*Processo nº 18251/2021, Usuário: Wanderley Magalhães, Felixlândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300164/2023.*Processo nº 60986/2022, Usuário: Doces Ricco Ltda, Pedro Leopoldo, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300165/2023.*Processo nº 28352/2022, Usuário: Belmiro Coelho da Rocha, Morro da Garça, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300166/2023.

Arquivamentos:
Arquiva-se o processo nº. 08841 de 10/05/2013. Requerente: Fortaleza de Santa Teresinha Empreendimentos e Participações Ltda. CNPJ: 03.205.629/0001-66. Curso d’água: Dragagem em Cava Aluvionar. Motivo: Considerando os termos do Artigo 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Esmeraldas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 41004 de 16/11/2016. Requerente: Greenville Empreendimentos Imobiliários Ltda. CNPJ: 15.914.723/0001-73. Curso d’água: Dragagem em Cava Aluvionar. Motivo: Considerando os termos do Artigo 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Funilândia – MG.

Arquiva-se o processo nº. 23239 de 26/02/2019. Requerente: F2 Extração e Transportes Ltda. CNPJ: 07.812.916/0001-95. Curso d’água: Rio Paraopeba. Motivo: Considerando os termos do Artigo 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Fortuna de Minas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 00865 de 11/01/2017. Requerente: Mineração Fortuna de Minas Ltda – ME. CNPJ: 26.031.377/0001-00. Curso d’água: Dragagem em Cava Aluvionar. Motivo: Considerando os termos do Artigo 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Fortuna de Minas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 14407 de 10/05/2016. Requerente: Areal Faleiros Ltda. CNPJ: 02.294.333/0001-04. Curso d’água: Rio Faleiros. Motivo: Considerando os termos do Artigo 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Entre Rios de Minas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 60229 de 07/10/2019. Requerente: PC Mineração Ltda. CNPJ: 19.827.831/0001-60. Curso d’água: Rio da Velhas. Motivo: Considerando os termos do Artigo 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Nova Lima – MG.

Arquiva-se o processo nº. 03052 de 17/04/2018. Requerente: Muniz Rabelo & Cia, CNPJ: 09.030.939/0001-73. Curso d’água: Rebaixamento de Nível de Água Subterrânea de Obras Civas. Motivo: Considerando os termos do Artigo 32 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Belo Horizonte – MG.

Retificação:
Retifica-se a portaria nº. 1303582 publicada dia 29/04/2020. Onde se lê: Outorgado: Maria José Filgueiras de Vasconcelos. CPF: 040.43x. xxx-xx. Leia-se: Outorgado: Renato Filgueiras. CPF: 523.72x.xxx-xx. Município: Papagaiois - MG.

Mantido o arquivamento:
Mantido o arquivamento publicado dia 19/07/2022. Processo: 07923/2022. Requerente: Mart Minas Distribuição Ltda. CNPJ: 04.737.552/0002-19. Motivo: Considerando o Art. 37, tendo em vista o descumprimento dos requisitos previstos no Art. 36 do Decreto 47.705/2019. Município: Contagem – MG.
Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Central Metropolitana. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.Belo Horizonte, 06 de Janeiro de 2023.

06 1735075 - 1

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário - ARSAE

Diretor-Geral: Antônio Claret de Oliveira Júnior

O Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna sem efeito o ato publicado em 2/1/2023, pelo qual LUCAS MARQUES PESSOA, MASP 1371629-5, foi exonerado do cargo DAI-36 AR1100011.

O Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna sem efeito o ato publicado em 2/1/2023, pelo qual MISAEL DIEIMES DE OLIVEIRA, MASP .1367.103-7, foi exonerado do cargo DAI-36 AR1100008.

O Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna sem efeito o ato publicado em 2/1/2023, pelo qual IVANA VILLEFORT DE BESSA PORTO, MASP 1477613-2, foi exonerada do cargo DAI-36 AR1100007.

O Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna sem efeito o ato publicado em 2/1/2023, pelo qual MARCIO OTAVIO FIGUEIREDO JUNIOR, MASP 1286.150-6, foi exonerado do cargo DAI-36 AR1100010.

O Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna sem efeito o ato publicado em 2/1/2023, pelo qual ROMULO JOSÉ SOARES MIRANDA, MASP 1371603-0, foi exonerado do cargo DAI-36 AR1100012.

O Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna sem efeito o ato publicado em 2/1/2023, pelo qual MARINA GUEDES MARTINS TRIVELATO, MASP 1530192-2, foi exonerada do cargo DAI-36 AR1100006.

06 1735046 - 1

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Luisa Cardoso Barreto

Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA COFIN/PCMG Nº 001, DE 06 DE JANEIRO DE 2023.

Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela Polícia Civil de Minas Gerais e define os parâmetros e valores para o pagamento daajuda de custo a que se refere o Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020, que regulamenta o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 e a Resolução Conjunta COFIN/SEPLAG nº 01, de 24 de fevereiro de 2022.

O COMITÊ DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COFIN, o CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhes confere o art.93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado, e de acordo com o disposto no art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e art. 1º do Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020 e na Resolução Conjunta COFIN/SEPLAG nº 01, de 24 de fevereiro de 2022,RESOLVEM:Art. 1º - Definir os parâmetros e limites para determinação do valor da ajuda de custo de que trata o art. 1º do Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020, e dispor sobre as condições para seu pagamento no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais.Parágrafo único – A concessão da ajuda de custo de que trata o caput aplica-se ao servidor, em efetivo exercício, cuja carga horária de trabalho seja igual ou superior a seis horas diárias e trinta horas semanais, observado o art. 7º do Decreto nº 48.113, de 2020.I - As regras gerais de concessão e pagamento daajuda de custoprevistas no Decreto 48.113, 2020, especialmente no que diz respeito ao cumprimento da jornada, apuração de frequência, condições e requisitos para percepção do benefício, são de observância obrigatória e condicionam o pagamento daajuda de custode que trata esta resolução.II - Considera-se em efetivo exercício o servidor que exerça suas atividades em regime de teletrabalho, na forma da legislação aplicável.

Art. 2º - A ajuda de custo de que trata esta resolução será paga por dia efetivamente trabalhado no mês, independentemente do cargo ou função, e terá a seguinte composição:
I – uma parcela fixa, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) por dia efetivamente trabalhado;

II – uma parcela variável, no valor de até R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), por dia efetivamente trabalhado, cujo pagamento é vinculado e proporcional ao efetivo cumprimento das metas previstas no Plano de Metas e Indicadores 2023 constante no Anexo I desta resolução.

§1º - A ajuda de custo relativa ao mês de referência será paga considerando-se as metas cumpridas no bimestre anterior, de acordo com disposto neste artigo e no art. 3º, observados os demais critérios estabelecidos no Decreto 48.113, de 2020, especialmente nos §§ 1º e 2º do art. 2º.

§ 2º - A avaliação do cumprimento das metas concretas e preestabelecidas será feita por Comissão de Acompanhamento e Avaliação externa ao órgão ou à entidade conforme previsto no §2º do art. 9º do Decreto nº 48.113, de 2020.

§ 3º - A PCMG poderá recorrer ao COFIN da nota final atribuída pela Comissão de Avaliação Externa nos Relatórios de Avaliação, apresentando recurso num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o seu recebimento.

§ 4º - Na apuração dos resultados, nos casos em que a PCMG atingir patamar superior a 70% das metas previstas no Plano de Metas e Indicadores constante no Anexo I, aparcela variável da ajuda de custo será paga considerando a média do percentual de execução das metas previstas para o bimestre.

I – A nota atribuída para cada meta/indicador será limitada ao máximo de 100.

§5º - Aparcela variável da ajuda de custo não será paga quando a PCMG não atingir o patamar mínimo de 70% das metas previstas no Plano de Metas e Indicadores constante no Anexo I, hipótese em que o servidor fará jus àparcela fixa da ajuda de custo prevista no inciso I do art. 2º, observadas as disposições estabelecidas no Decreto nº 48.113, de 2020, e nas demais regras aplicáveis desta resolução.

§ 6º - Na hipótese prevista no § 5º, a consecução ou a superação das metas acumuladas nos meses subsequentes ou da meta anual não ensejarão a complementação do valor pago.

Art. 3º - O Plano de Metas e Indicadores previsto no Anexo I terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, mês de referência para o início do pagamento daajuda de custo, até 31 de dezembro de 2023.

§ 1º - Nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de 2023, o pagamento daajuda de custoserá realizado considerando a nota apurada na avaliação das metas previstas para o 6º bimestre da resolução vigente em 2022.

§ 2º - No mês de março/2023 será realizada a primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I.

§3º - A partir do segundo bimestre de 2023 serão pagos mensalmente os valores daajuda de custoespecífica previstos nesta resolução de acordo com a nota da apuração das avaliações do bimestre anterior.

§ 4º - A avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I será realizada até o 11º dia do mês subsequente a cada período avaliatório.

Art. 4º - Aajuda de custode que trata esta resolução não poderá ser percebida cumulativamente com outras vantagens ou benefícios destinados ao custeio de alimentação ou refeição.

Art. 5º – Caberá à Comissão de Acompanhamento e Avaliação o acompanhamento periódico das metas constantes no anexo I desta resolução, mediante disponibilização de relatório de avaliação, cujo teor deverá dispor acerca da situação de execução dos indicadores pré-estabelecidos, conforme previsto no art. 10º do Decreto 48.113, de 2020.

Parágrafo único - A coordenação do processo de acompanhamento e avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores caberá à SEPLAG, conforme parágrafo único do art. 12, do Decreto 48.113, de 2020, cabendo à PCMG encaminhar à Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUGES/SEPLAG, até o 5º dia útil posterior a cada período avaliatório, o repasse das informações de execução das metas e indicadores constantes do Anexo I.

Art. 6º – As metas que tenham sido afetadas por razões extraordinárias, contingenciamento de recursos, modificação na orientação da execução das políticas públicas ou mudança na legislação, serão avaliadas pela comissão de avaliação de que trata o § 2º do art. 9º do Decreto nº 48.113, de 2020, que deliberará sobre o acatamento da justificativa para o resultado alcançado.Art. 7º – Ficam aprovadas as Metas e Indicadores, constantes nos Anexo I desta resolução.Art. 8º – Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2023, na folha de pagamento de janeiro/2023.

Belo Horizonte, 06 de janeiro de 2023.

MARCEL DORNAS BEGHINI
Secretário-Geral do Estado de Minas Gerais
Presidente do Comitê de Orçamento e Finanças

JOAQUIM FRANCISCO NETO E SILVA
Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202301070110320110.